



editorial

Otilia Lage

EDITORIAL
*Património(s):
velhas e novas andanças*
♦Otilia Lage

FALANDO DE
DEMOGRAFIA HISTÓRICA...
♦Maria Norberta Amorim

FALANDO DE
PATRIMÓNIO...
♦Alberto Correia

INVESTIGADOR APRESENTA-SE:
**Francisco Messias
Trindade Ferreira**
♦Elisabete Pinto

APONTAMENTOS
DE INVESTIGAÇÃO:
*Em torno da
mortalidade infantil*
♦Francisco Messias T. Ferreira

ARGUMENTOS:
*Estudantes moçambicanos
em Portugal*
♦Luís Polanah

INVENTÁRIO:
*Uma aproximação à
documentação dos
arquivos paroquiais*
♦Manuela Silva

NOTÍCIAS:
• **Novas publicação**
♦ *Festas Sanjoaninas,*
de Antonieta Costa

Património(s): velhas e novas andanças ¹

“Se fosse rico, iria comprar a capelinha, iria comprar o pardieiro onde houvesse a ombreira gótica; os homens do progresso vender-me-iam isso tudo, porque havia de enganá-los; porque havia de prometer-lhes que converteria aquela em lupanar, este em casa de câmbio”²

Até se chegar a esta consciência crítica, pela voz desassomburada de Alexandre Herculano vinda do romantismo do séc. XIX, muito caminho foi preciso percorrer.

A partir do momento em que o(s) património(s) se tornam uma mercadoria, um objecto oferecido ao consumo de massas, a distribuição do saber fixa-se em novas categorias. Desde logo, a categoria de público pede uma nova precisão. As leituras, as publicações de vulgarização (consumo) permitem acumular saber, mas não nos permitem só por si tornar-nos sábios, nem produtores de saberes.

Valor de culto e valor de exposição, suscitando processos sociais e culturais de acumulação mas também de fruição, integram, numa perspectiva do viver de dentro para fora, o valor patrimonial – capacidade de testemunho, elemento simbólico, instrumento pedagógico - de qualquer objecto, monumento, documento.

Para além da utilidade (i)mediata, Significado e Beleza definem também uma peça de património.

PATRIMÓNIO DOCUMENTAL: TERRITÓRIOS E PRÁTICAS

O conceito de Património Documental liga-se intrinsecamente ao

conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado e sentido, logo cultural -, sendo no entanto mais complexo que os conceitos já de si complexos de Documento³, Informação⁴ ou Fonte histórica⁵.

Património distingue-se de documento por especificar numa determinada cultura alguns elementos, objectos, formas que se consideram particularmente significativos e recebem por isso uma consideração especial, enquanto susceptíveis de serem entendidos como testemunho de existências, de crenças, de formas de viver/sentir, e em tudo isso participando da definição da identidade dos povos, das populações.

Assim, Património Documental não pode encerrar-se num só aspecto, nem tão pouco nas categorias clássicas de Património Bibliográfico⁶ e/ou de Património Arquivístico⁷.

Seus repositórios principais, as Bibliotecas, os Arquivos e mais modernamente os Serviços de Documentação, tiveram também historicamente vocações distintas⁸. Mas hoje, ao tomar-se a informação⁹ como recurso estratégico muitas dessas antigas diferenças tendem a esbater-se. Tal como a diferença entre Documento e Monumento deixa também de fazer sen-

Património(s): velhas e novas andanças

tido, quando nos sentimos compelidos a perspectivar a “informação, não como uma “forma” no sentido platónico do termo, mas como uma relação muito prática e muito material entre dois lugares, em que o primeiro negocia o que deve prevalecer no segundo a fim de o ter sob controlo e agir sobre ele à distância.” Em todos os casos, todavia, organização e comunicação documental e informacional são indissociáveis da história dos poderes, das tecnologias e das ciências, sendo portanto de grande complexidade o sistema patrimonial que lhes é subjacente.

Por outro lado, a ideia de Património Documental abarca, para além dos domínios referidos, acervos de largo espectro e integra uma diversidade cada vez maior de espólios e colecções, conteúdos e suportes novos - cuja razão de ser se funda na existência de informação social, materializada em suportes físicos e implicada na dinâmica da comunicação também social. Estende-se a uma série de territórios em que a informação tem uma dimensão instrumental: produtos e resultados de distintos processos históricos da terra e dos homens (registos, marcas, traços de actividades e de culturas de povos e das populações em determinados espaços - tempos e realidades concretas - comportamentos, usos e costumes, tradições, manifestações culturais e artísticas (teatro, cantares, danças, música, feiras, romarias, etc.), actividades antigas e recentes, objectos e instrumentos de trabalho, formas e objectos de culto, de instrução, educação, recreio e lazer. Estende-se, em síntese, a uma diversidade de marcas e manifestações materiais e simbólicas da memória e história colectivas da humanidade, da diversidade de povos e culturas e das populações anónimas.

PATRIMÓNIO DOCUMENTAL HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES

O património Documental assim entendido no quadro da história das populações, partilha e serve a construção das noções de Patrimó-

nio Histórico e Património Cultural, entendidos na sua complexidade e abrangência actuais de história e cultura, na sua acepção mais ampla e concreta: trajectórias e histórias de vidas, modelos de comportamentos, usos/costumes e instrumentos /objectos usados por uma população num dado espaço - tempo; realidades concretas de uma população, de um povo, o que constitui a sua identidade em resultado interactivo de um dado processo histórico; um todo coerente de relações mútuas (ex. igrejas, pontes, etc. têm a ver com o “universo” contexto em que se inserem, como expressão de grupos, pessoas; realidades dinâmicas (e não fixas nem imóveis) constituídas por formas de trabalhar, rezar, cantar, contar, etc. sujeitas a mudanças profundas, como por exemplo as derivadas dos surtos migratórios, níveis diferentes de cultura, etc.

Enquanto Património, o Património Documental, reclama como **todas as modalidades** categorizadas de Património a que sempre subjaz, medidas de defesa genéricas que vão desde a promoção do seu conhecimento, o incremento da sua pesquisa e levantamento, inventariação e classificação, educação e promoção para a tomada de consciência e utilização renovada de acções educativas, criação de centros de património documental (língua, literatura, ou outras fileiras em que se é historicamente diferenciado e de que temos vários exemplos (Régua, Porto e Vila Nova de Gaia - Os armazéns do Vinho do Porto - do local ao global; Guimarães - A Fundação no duplo sentido de origem e suporte da nacionalidade - da Idade Média à Indústria Moderna e Contemporânea; Barcelos e Vila Real - A arte do Barro; Viana do Castelo - Mar, Serra, Rio, Terra; Porto - Granitos, Trabalhos da Pedra e da Madeira, Artes e Tratos do Comércio, etc.; Populações agrárias do Portugal rural - O Borda d' Água ou O Seringador “*Seringa o pobre, o rico e o lavrador...*”; Populações urbanas - Arqueologia industrial).

Em resultado ainda embrionário deste tipo de entendimento abrangente mas estruturado, somam-se-lhe outros exemplos de temas e tópicos de património documental que os nossos alunos em Património e Turismo¹⁰, começaram a inventariar e classificar como casos de sucesso e/ou a necessitar de intervenção: Filarmónicas e Bandas Musicais, em suas envolventes naturais e culturais - os Jardins e os Coretos, no Minho e Trás-os-Montes; Ex - Votos na Sr^a das Neves de Bagunte, Vila do Conde; Associações culturais e recreativas, da Foz, Porto; núcleo importante e desconhecido de mais de 200 espécies de Livro Antigo (sec.XVI - XVIII) no Solar dos Pimentéis do séc.XVIII, aldeia de Castelo Branco perto de Mogadouro, reconhecido como imóvel de interesse público em 1996; plantas de arquitectura e traçados urbanísticos em V. Nova de Gaia, escondidas qual “Bela Adormecida”, fundos de empresas mineiras, na Borralha, Comissão dos Canais de Água do Rio Este, Nine, mandados edificar por D. Maria I, etc. etc.

MOMENTOS, NOMES, MODAS, DOCUMENTOS

Importa então detalhar alguns elementos para melhor se compreender como a noção de Património cultural, histórico e documental se foi diacronicamente construindo entre nós, até começar de se imbricar, nos nossos dias, no campo do Turismo Cultural.

Ora sendo “a história uma disciplina predadora”¹¹, apesar de continuar a efectuar-se sempre no quadro da sua própria tradição, ela vai procurar em todos os domínios, instrumentos para a sua própria renovação e dos seus paradigmas.

Assim, os elementos de ordem geral esboçados, delimitam tão só campos de investigação e estudo a aprofundar e desenvolver, se se quer ter do Património a compreensão mais densa que ele exige.

Fenómeno histórico, ele próprio e o seu entendimento resultam em

Património(s): velhas e novas andanças

grande medida de sucessivos movimentos e correntes de actuação e pensamento, ou simplesmente de enfoques diversos, modos e “modas” que explicam e fazem com que o que hoje consideramos Património, o respeito e a consideração que por ele temos, não seja o que era há 10 ou há 100 anos, não sendo por certo o que virá a ser no futuro.

E é por isso que pensar e/ou trabalhar sobre Património Documental exige conhecer e discutir a sua história, concepções e valores que explicam as medidas tomadas ou a ausência delas, soluções que foram ou não dadas, para a adopção de outras posições ajustadas a novos valores.

São fragmentos - momentos onde relevam factos, nomes, documentos e fontes - de uma sucessão de etapas cumulativas de um processo de construção histórica e social do actual conceito de Património histórico e cultural, outros tantos elementos chave com que se forjou a nossa consciência de um Património colectivo nacional. Nesse quadro de evolução histórica e sentidos múltiplos, se configura, em co - construção, uma história do nosso Património Documental, função do seu registo/ prova/ conhecimento/ comunicação.

Da defesa das “antiquidades pátrias” aos documentos para alicerçar conhecimentos e às fontes para o fazer da história, até à conservação de bens culturais nacionais para fruição social colectiva, vai um longo percurso, só linear no modo esquemático de tentar apreendê-lo. Percurso sempre mediado por fontes, documentos e informação constituída por elementos e suportes vários que, abrangendo de modo tópico um arco temporal que vem do séc. XVI aos nossos dias, passamos a pontuar.

Depois da monumental empresa, já por nós aqui aludida, que foi a Leitura Nova Manuelina¹² -transcrição dos documentos essenciais da história pátria, elaborada durante quase meio século por calígrafos humildes e iluministas destacados - , publicava-se em

Évora (1553) a *História das Antiguidades de Évora* da autoria do grande humanista português André de Resende e, 40 anos mais tarde, (1593) *Libri quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae*, do mesmo autor a quem se fica a dever ainda *Monumenta Romanorum in Lusitanis Urbibus*. Destaque-se ainda de Francisco de Holanda - *Da fabrica que fallece à cidade de Lisboa. Da Sciencia do Desenho e Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, de João de Barros.

De 1741 a 1759, publica-se a *Bibliotheca Lusitana*,¹³ magnífico repositório de história, crítica e cronologia, notícia dos autores portugueses e das suas obras, grande dicionário bibliográfico. Obra em 4 volumes, actualmente republicada em CDROM pela Comissão dos Descobrimentos Portugueses foi seu autor Diogo Barbosa Machado (1682-1772), nascido em Lisboa, mas mais conhecido por Abade de Sever, por nesta freguesia (Stº Adrião de Sever) da diocese de Lamego haver sido colocado como presbítero. Bibliógrafo,¹⁴ estudioso e erudito constituiu uma seleccionada e excelente livraria onde abundavam espécies de grande raridade que ofereceu a D. José e que D. João VI levou para o Brasil, onde viriam a constituir o fundo primitivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Pela mesma ocasião começavam a ser editadas as Memórias da Academia Real de História Portuguesa e nos anos 1747 e 1758, o Padre Luís Cardoso publicava as *Memórias Paroquiais*, obra ainda hoje de consulta recomendada para quem se dedica ao estudo sistemático dos Arquivos Paroquiais e à Reconstituição de Paróquias, designadamente no campo da Demografia Histórica.

Nos finais do séc. XVIII, viajantes estrangeiros eruditos percorreram Portugal, registaram as suas observações sobre paisagens, ambientes e transformações urbanísticas, sinais de atitudes de (des)respeito para com os monumentos, sendo só mais tarde (a partir de 1834) publicados os re-

sultados dessas viagens e/ou estadias. É o caso de Beckford e de Murphy e das suas “Travels”.

O nosso séc. XIX é pródigo em obras de idêntica natureza vocacionadas para o conhecimento e defesa do nosso património: *Monumentos Pátrios* in “Opúsculos” (1838) de Alexandre Herculano; *Monumentos Nacionais* de Mendes Leal, bibliotecário-mor do reino conhecido, pela sua pela defesa da actualização das leis de salvaguarda do património; *As Cidades e as Villas da Monarchia Portuguesa que teem brasões d'Armas* (1860), *Estudos históricos e archeológicos* (1874) e *Monumentos de Portugal* (1886), de Vilhena Barbosa; *Culto de arte em Portugal e Arte Portuguesa* (1897) de Ramalho Ortigão; *Arqueologia Industrial Portuguesa – Os Moinhos*¹⁵ de Sousa Viterbo; de Luciano Cordeiro, criador da Sociedade de Geografia e autor de um Relatório para a reforma da Academia de Belas Artes (criada em 1836).Esse relatório, um livro sobre o mesmo assunto do Marquês de Sousa Holstein filho do Duque de Palmela e sub-inspector da Academia de Belas Artes e um folheto de Joaquim de Vasconcelos, erudito de longa formação alemã e criador da História de Arte em Portugal, constituem três peças documentais de interesse para o conhecimento da história da defesa do nosso património.

São ainda da segunda metade deste século, os Estatutos da Associação dos Architectos Civis Portugueses¹⁶ e os Estatutos do Real Instituto Arqueológico de Portugal¹⁷.

Ainda neste século, surge um novo tipo de manifestações de interesse pela preservação do nosso património numa acepção já mais lata de património cultural que inclui a reflexão e o ensino, como o ilustra por exemplo a publicação de *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal. A organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e de arqueologia*¹⁸ e, em 1893, na Revista “Mundo da Arte” (nº13) *Subsídios para uma reflexão sobre o*

Património(s): velhas e novas andanças

património cultural, de Mário Nunes. São aliás de referir também as publicações periódicas vocacionadas para a divulgação e defesa do Património, como a revista *Panorama* que iniciada em 1837, vai durante muitos anos ser importante meio de comunicabilidade no país e no Brasil, nela defendendo a salvaguarda do património, nomes como Vilhena Barbosa. Com o mesmo objectivo, publica Herculano muitas outras páginas, contos e romances históricos, o *Archivo Pittoresco* e o *Universo Pittoresco* que mais tarde irão ser continuadas por muitas outras publicações como por exemplo, já na década de 1970, a *Informação Cultural*, Boletim da Secretaria de Estado da Cultura dedicado à defesa e valorização do património cultural português, ou a *Mínia* publicação de Braga com *Achegas documentais para o estudo e a defesa do património*¹⁹

RECURSO COLECTIVO DE MEDIATIZAÇÃO

Assim às iniciativas de defesa e valorização do nosso património, inicialmente com expressão acentuada do histórico, arqueológico, arquitectónico e monumental, vemos suceder-se, ao longo de todo o séc. XX, um alargamento do campo e uma abrangência cada vez maior da noção de Património traduzido designadamente na intensificação e diversificação das expressões de defesa, análise social e ideológica e enquadramento legal do património cultural e do património natural, não só à escala nacional, mas também local. São disso expressão, na década de 1980, a realização dos primeiros encontros de associações de defesa do património e a proliferação de publicações²⁰

Mais próximo de nós e ilustrativo de velhos e novos desafios, preocupações e expectativas antigas e renovadas, face à preservação, defesa e divulgação do estado actual do nosso Património Cultural e Documental,²¹ apenas duas referências bibliográficas de síntese, a título de exemplo:

“Direito do Património Cultural”, volume²² que reúne contribuições importantes nos campos do direito internacional, direito comparado e direito nacional de autores estrangeiros (franceses, italianos, espanhóis), nacionais e representantes de Portugal nos trabalhos da Convenção do Unidroit sobre a restituição internacional de bens culturais roubados ou ilicitamente exportados;

“Arqueologia, Património e Cultura” de Vítor Oliveira Jorge²³ - conjunto de textos e ensaios centrados na arqueologia e património, mas de abrangência e incidência diversas,

De ambas as obras releva idêntico esforço de se procurar desenvolver uma política nacional de preservação do nosso património cultural entendido na sua mais ampla acepção.

Esforço que se partilha, para nos (re)pensarmos e ao nosso Património Cultural e Documental na sua conservação/divulgação - recurso colectivo de mediatização crescente - de que se virá a criar mais viva consciência, na complexa sociedade portuguesa de hoje. •

NOTAS

- 1 O editorial, cujo subtítulo parafraseia Jorge de Sena, é adaptado de LAGE, Maria Otilia Pereira - *Abordar o Património Documental na sua Transversalidade e Emergência: História e Perspectivas. Territórios, Práticas e Desafios* (Policopiado 2001, a publicar em Cadernos NEPS)
- 2 Monge de Cister, romance histórico de Alexandre Herculano, publicado em 1844.
- 3 unidade de informação
- 4 dados do conhecimento registados
- 5 testemunho original, não re-elaborado, do conhecimento do passado
- 6 saber humano produzido sob qualquer modalidade e gravado/inscrito em qualquer tecnologia e/ou suporte, “depositado” em bibliotecas e constituindo referência bási-

ca do ensino/investigação/produção de conhecimento

- 7 documentos de entidades públicas e privadas, colectivas e individuais, integrados em sistemas semi-fechados de informação social com determinada estrutura (natureza orgânica) e funcionalidade (serviço/uso). Podem ser organizados em fundos ou núcleos, séries e distintas unidades arquivísticas – processos, colecções, registos acondicionados em unidades de instalação.
- 8 Bibliotecas -reunião/depósito de documentos de proveniências variadas, com a função prioritária da sua divulgação para estudo /pesquisa; arquivos - reunião/depósito de documentos produzidos no âmbito de actividades de certas entidades por motivos administrativos, jurídicos, históricos, com a função prioritária de conservação e prova; Serviços de documentação - extracção de dados e informações a partir de documentos e fontes, para o acesso aos conteúdos dos documentos e informação, através da sua descrição seleccionada para fins especializados.
- 9 Informação – “conjunto de dados em forma compreensível, registados em papel ou outro meio, e capaz de comunicação”
- 10 Cursos de Mestrado e Especialização em Património e Turismo, U.M.-Guimarães, 2001-2002
- 11 Emmanuel Leroy-Ladurie
- 12 Ver nossa comunicação “Património Documental no Portugal de Quinhentos: Para uma nova leitura da “Leitura Nova Manuelina” que apresentámos ao Congresso Histórico de Guimarães “D. Manuel e a sua Época”, Outubro, 2001.
- 13 *Ibidem*
- 14 Inocêncio, notável bibliográfico, mais perto de nós, publica o *Diccionario Bibliographico* actualização da Bibliotheca Lusitana
- 15 “O Arqueólogo Português”, vol. II, nº 8 e 9, 1896
- 16 Lisboa: Sociedade Tipográfica Franco- Portuguesa, 1864
- 17 Lisboa: Sociedade Tipográfica Franco- Portuguesa, 1869.
- 18 Lisboa, Imprensa Nacional, 1875
- 21 Lei de Bases do Património Cultural – Lei 107/2001 de 8/ 9; Estatuto do Mecenato – Dec. Lei nº74/99; Regime geral de Arquivos e Património arquivístico– Dec.Lei nº16/93 de 23/1.
- 22 Oeiras: Instituto Nacional da Administração (INA), 1996
- 23 Porto: Instituto Piaget, 2000.

Na ilha do Pico um máximo populacional foi atingido ao iniciarse o terceiro quartel do século XIX. Ilha com extensas zonas de formação recente e declive acentuado, eram escassos os espaços onde a produção cerealífera tinha rendimento aceitável ou mesmo viabilidade. Era preciso explorar toda a terra, rasgando hortas, erguendo *currais* de vinha, fazendo roças para plantar inhames e árvores de fruto, *mahlhando feito* e *puxando brejo* para criar pastagens nos terrenos altos. As melhores terras de sementeira eram disputadas numa dimensão alargada, mais alargada do que a da própria freguesia. Comprar boa terra onde a houvesse era uma aspiração de todo aquele que adquiria algum capital, caso mais comum dos emigrantes de sucesso.

Situando-se a freguesia das Ribeiras na parte mais antiga da ilha, os lugares mais ocidentais, Arrife, Cruz, Mansilhas, Ribeiras, Caminho de Cima ou Caminho de Baixo, com menos declive, eram propícios à cultura dos cereais, particularmente do milho, base de alimentação das gentes da terra.

O cruzamento da base de dados demográfica das Ribeiras com o *Mapa da Matriz Predial de 1885* relativa à freguesia, ordenado pelo nome dos proprietários, com os números das propriedades respectivas e o rendimento colectável total correspondente, permitia-nos uma abordagem ao xadrez social da freguesia.

Utilizando o *Mapa* e analisando os próprios livros da Matriz em que se acompanha número a número todas as propriedades segundo o local, com a dimensão, tipo de cultura e quantidade de semente necessária, categoria do terreno, rendimento bruto e rendimento colectável, podemos conseguir uma maior aproximação às formas de vida das gentes que

viveram nas Ribeiras nos finais do século XIX.

Considerando os maiores proprietários das Ribeiras, verificase que dois deles tinham rendimentos colectáveis superiores a 50\$000 réis e três outros tinham rendimentos colectáveis entre 40\$000 e 50\$000 réis. Todos os cinco residiam entre o Arrife e o Caminho de Baixo, na actual paróquia de Santa Bárbara, zona então com menos de metade dos habitantes da freguesia.

Os dois maiores proprietários referidos em 1885 eram José Silveira Jorge, do Caminho de Baixo (ver Boletim Informativo do NEPS, nº 17), com 85\$296 réis e José de Lacerda Pereira e Sousa, do lugar das Ribeiras, com 57\$296 réis de rendimento colectável.

Irei deter-me aqui sobre estes dois casos.

De José Silveira Jorge sabemos já que era bisneto de um outro grande proprietário que viveu no primeiro quartel do século XVIII. *Casamentos tardios e, eventualmente, proventos decorrentes da emigração bem sucedida e estratégias matrimoniais adequadas conservaram ou avolumaram num período bissecular um património destinado a uma repartição penalizadora nos inícios do século XX* (recordemos que José Silveira Jorge casou cedo com uma mulher jovem e teve onze filhos, dos quais apenas dois viriam a ausentar-se, tendo um outro falecido na infância).

Os 25 artigos na Matriz Predial referidos como propriedade de José Silveira Jorge não se localizavam todos na zona ocidental da freguesia e pontilhavam-se entre o mar e a serra. Os diferentes tipos de terreno permitiam a diversidade de culturas necessária a uma economia de subsistência em que só alguns pro-

ducos eram destinados ao mercado. À beira mar demarcavam-se as vinhas, seguindo-se, nos terrenos mais planos, as terras de sementeira; nas encostas crescia arvoredos e lenha, a abeirar o planalto demarcavam-se as *terras de criação* e no planalto estendiam-se as pastagens.

A casa do Caminho de Baixo em que vivia a família de José Silveira Jorge era das poucas casas da freguesia que comportava loja e dois andares, além da cozinha e da casa da atafona. Neste período a cozinha era na Matriz identificada à parte e quase sempre construída separada da casa para evitar os incêndios, na medida em que se conservavam as brasas debaixo de cinza, para reacender o fogo cada manhã. No *aposeno* (quintal) dos proprietários com lavouras havia uma casa de atafona geralmente de dois pisos, localizando-se no piso térreo a própria atafona de boi, onde era moída a farinha para os gastos domésticos e no segundo piso guardava-se o pasto para o gado, as batatas e outros géneros de consumo corrente, não sendo raro, em famílias numerosas, que aí dormissem os rapazes já crescidos.

O grande aposento da casa de José Silveira Jorge media 2850 braças e incluía terra de sementeira, vinha, arvoredos e lenha, cujo rendimento bruto respectivo era de 33\$950 réis em milho, \$800 réis em vinho, 1\$000 réis em frutos diversos e 1\$500 réis em lenha.

Encontramos na sua posse números relativos a terrenos destinados exclusivamente a vinha. O primeiro, na chamada Ponta do Biscoito, tinha 65 braças e era considerado de 3ª qualidade. O rendimento bruto respectivo era apenas de \$200 réis. No entanto, era dono de três vinhas de 1ª categoria no lugar das Pontas

Negras, na parte oriental da freguesia. A primeira tinha 100 braças e localizava-se na Ponta Furada, com rendimento bruto de \$600 réis. A segunda, no sítio da Ponta Grossa, tinha 600 braças e o rendimento bruto foi calculado em 4\$800 réis. A terceira, ainda na Ponta Grossa, tinha 400 braças e rendimento de 6\$000 réis. Não é de estranhar o facto de José Silveira Jorge ter boas propriedades no lugar das Pontas Negras, se considerarmos que os seus avós paternos, também proprietários, eram naturais desse lugar. Em outros sítios da parte ocidental da freguesia, a vinha crescia ao lado de outras culturas. No sítio chamado do Areal tinha uma propriedade de 75 braças, de 3ª qualidade, que produzia vinho, no valor de \$100 réis, e milho, no valor de \$090 réis. Na Ladeira de Ana Monteiro tinha uma terra de 1000 braças, com vinha de 3ª e rendimento bruto correspondente de 3\$000 réis e arvoredos de 1ª, com frutas diversas, com rendimento avaliado em 1\$600 réis. Outra terra de vinha e lenha, de 250 braças, no sítio do Outeiro, rendia pela vinha 1\$200 réis e pela lenha \$800 réis. Outra propriedade de vinha e arvoredos, ainda no Outeiro, de 225 braças, rendia pelo vinho \$200 réis. Na Ladeira do Biscoito, no lugar das Pontas Negras, uma terra de sementeira de 3ª e vinha de 1ª, com 150 braças, rendia pelo milho \$350 réis e pelo vinho \$600 réis.

Exclusivamente de sementeira encontramos três números. O primeiro, de 175 braças, foi classificado como de 2ª categoria, situava-se no sítio das Covas, do lugar do Arrife, e rendia 3\$150 réis de milho. O segundo, localizado no sítio do Areal, tinha 100 braças, e de rendimento \$525 réis de milho, sendo considerado de 3ª categoria. O terceiro, de 1ª categoria, tinha 595 braças e si-

tuava-se no sítio chamado Fajão, ainda na parte ocidental da freguesia. Rendia 16\$800 réis de milho.

Nos terrenos de encosta crescia a lenha de forma espontânea, com domínio das faias. Cortando as lenhas podiam fazer-se pequenas quintas com árvores diversas, sendo as laranjeiras as mais rentáveis dada a possível exportação das laranjas. Uma terra de arvoredos de 1ª e lenha, com 1400 braças, no sítio dos Biscoitos, rendia pelas laranjas 8\$000 réis e pela lenha 1\$000 réis. Outra terra também de arvoredos de 1ª e lenha, num sítio próximo chamado Canadas, media 425 braças e rendia pelas laranjas 1\$000 réis e pela lenha \$200 réis. Havia ainda terras só de lenha com dimensão apreciável. A primeira, no sítio chamado Ribeira da Velha, tinha 125 braças e rendia \$400 réis. Outra, de 300 braças, no sítio de Bárbara Vieira, rendia \$500 réis. Uma terceira, de 700 braças, no sítio do Valado, rendia \$600 réis. Uma quarta, de 400 braças, nos Grotões, rendia \$800 réis. Uma última, no mesmo sítio dos Grotões rendia 1\$500 réis, medindo 800 braças. É de admitir que em algumas destas terras de lenha se criassem roças para a plantação de inhames, embora tal não tenha sido referido.

As maiores extensões de terreno encontravam-se nas terras de criação e nas pastagens, entendendo-se por terras de criação as pastagens mais baixas e menos frias onde se criavam os bezerros e onde as vacas se refugiavam dos maiores rigores do Inverno. As pastagens situavam-se no planalto, confinando as mais altas com os baldios da serra.

José Silveira Jorge tinha duas terras de criação de 3ª categoria, uma no Outeiro do Cascalho e outra na Furna do Tanoeiro,

medindo respectivamente 1800 braças e 800 braças a que correspondia o rendimento bruto de \$480 réis e \$350 réis, respectivamente. A maior terra de pastagens com 30000 braças, ficava no sítio do Badanal e foi, como as outras duas, classificada de 2ª categoria. Rendia 15\$000 réis. No sítio da Rosada tinha uma pastagem de 4000 braças e rendimento de 3\$200 réis. Uma última propriedade na Roça das Abóboras tinha 2000 braças e rendia 7\$200 réis.

Reduzindo as braças a medidas normalizadas de superfície, como foi feito na própria Matriz Predial, calculamos para terrenos de sementeira algo mais de um *hectare* e meio de terreno, com um rendimento bruto de 54\$865 réis, com uma média aproximada de \$350 réis por cada *are*. No caso das vinhas encontramos um rendimento de 17\$500 réis para cerca de 75 *ares* de terreno, com um rendimento de \$175 réis por *are*. Os terrenos de lenha que ocupavam sensivelmente 2 *hectares*, rendiam cerca de 7\$300 réis, com \$036 por cada *are*. As terras de criação e pastagens com mais de 26 *hectares* rendiam 26\$230 réis, com menos de \$010 réis por cada *are*. No que respeita às laranjas e outros frutos de pomar o rendimento era de 11\$600 réis, em espaços ganhos nos terrenos de lenha.

Assim, as propriedades mais rentáveis eram de longe as terras de milho, seguindo-se as vinhas e em último lugar as pastagens. Admitimos que os laranjais dessem lucros relativamente importantes.

Numa longa cadeia de heranças ou outras aquisições chegaram à posse de José Silveira Jorge algo mais de 30 *hectares* de terreno, que, embora de valor muito desigual, o colocava a considerável distância em termos de rendimento colectável do segun-

do maior proprietário da freguesia nesse ano de 1885.

Esse segundo maior proprietário era José de Lacerda Pereira e Sousa, natural da Ribeira Seca, da ilha de S. Jorge, onde nasceu em 11 de Outubro de 1839. Era filho do alferes João Caetano de Sousa, este natural da freguesia da Piedade, da ilha do Pico, e de D. Maria Otília Forjaz de Lacerda, natural da própria freguesia das Ribeiras, freguesia onde se realizara o casamento em 24 de Maio de 1826.

D. Maria Otília Forjaz de Lacerda nasceu em 8 de Setembro de 1798 e era filha do alferes José Francisco da Silveira, natural das Lajes do Pico e de D. Maria Custódia Forjaz de Lacerda, natural da freguesia de Santo Amaro da ilha de S. Jorge.

Além de Maria Otília, o alferes José Francisco da Silveira e D. Maria Custódia, tiveram mais dois filhos baptizados nas Ribeiras e conhecemos-lhes três outros nascidos fora mas casados na freguesia. Um destes últimos foi D. Ana Forjaz Nunes de Lacerda que casou em 27 de Outubro de 1839 com Caetano Ferreira Nunes, natural de S. Roque do Pico, filho do capitão Francisco Nunes da Costa e Silveira e de D. Vitória Mariana.

D. Ana Forjaz de Lacerda e seu marido tiveram uma única filha, D. Teresa Amélia de Lacerda, nascida em 4 de Janeiro de 1842, que viria casar com o primo, José de Lacerda Pereira e Sousa, em 22 de Novembro de 1868.

José de Lacerda Pereira e Sousa e D. Teresa Amélia viriam a ter nove filhos, mas nenhum deles ficaria nas Ribeiras. Em 1885 viviam no lugar da *Cruz*, *apartamento de D. Maria* (admitimos que esta D. Maria fosse D. Maria Custódia Forjaz de Lacerda, avó de ambos). Casa com loja, um andar e cozinha, com um *apartamento* de 500 braças, de terra de sementeira e pomar, com rendimen-

to bruto de 12\$250 réis em milho e 3\$500 réis de frutos diversos.

Na Matriz Predial além do número da casa, são-lhes referidas nove outras propriedades. Três delas situavam-se na mesma zona da casa de residência. Um primeiro número dizia respeito a uma terra de sementeira de segunda categoria e terreno improdutivo, com 425 braças, com rendimento bruto de 4\$500 réis de milho e \$100 réis de lenha. O segundo número referia-se a uma terra de sementeira de primeira categoria com 750 braças e 40\$600 réis de rendimento bruto em milho. Uma terra de arvoredos chamada a *Quinta* é identificada depois com 25 braças e um rendimento bruto de \$800 réis em laranjas. Um moinho de água é identificado depois na Ribeira de Santa Bárbara. Uma outra terra de sementeira de primeira categoria e 50 braças situava-se no sítio das Ribeiras abaixo do caminho e dava de rendimento bruto 1\$400 réis. Os restantes quatro números situavam-se já na encosta da serra. Um laranjal com 500 braças dava de rendimento bruto 2\$500 réis. Mais acima uma terra de lenha, chamada o *Vale do Barroso*, tinha 1400 braças e o rendimento bruto era de 3\$800 réis. Uma terra de pastagem com 6800 braças dava de rendimento bruto 2\$720 réis. Por último, a outra terra de pastagem com 9000 braças é atribuído o rendimento bruto de 4\$800 réis.

Reduzindo as braças a *ares*, verificamos que José de Lacerda Pereira e Sousa tinha menos de 2 *hectares* de terras de sementeira, cerca de 30 *ares* de pomar, algo mais de 75 *ares* de terras de lenha e pouco menos de 8 *hectares* e meio de pastagens. Os rendimentos brutos correspondentes eram aproximadamente de 60\$000 réis em milho, 7\$000 réis em laranjas e outros frutos, 4\$000 réis de lenhas e 7\$500 réis de pastagens. A relação mais alta entre o rendimento e a extensão de terreno encontrava-se na ter-

ra de sementeira, logo seguida pelo pomar. Os terrenos de lenha encontravam-se depois a grande distância nessa relação, mas eram os terrenos do alto, as pastagens, onde a exploração era menos intensiva, tal como já havíamos verificado no caso das propriedades de José Silveira Jorge. Tratava-se de pastagem natural, sem conhecer arado, onde o gado pastava livremente.

Se em 1885 José Silveira Jorge era o maior proprietário da freguesia das Ribeiras, os seus filhos, que não encontraram saídas, viriam a sentir as dificuldades de uma propriedade repartida. Em contraste, os filhos de José de Lacerda Pereira e Sousa souberam encontrar no exterior, na preparação académica e nas relações matrimoniais, alternativas para uma terra onde dificilmente poderiam manter o seu estatuto de nascimento.

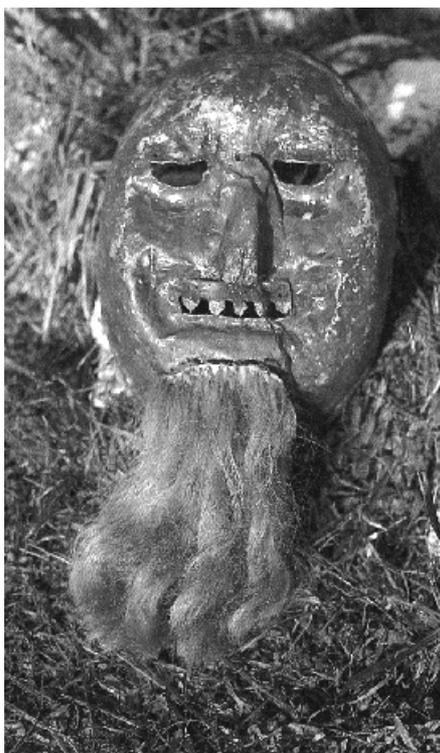
Sabendo através das estatísticas do Governo Civil da Horta para o ano de 1884 que a freguesia das Ribeiras produziu cerca de 100.000 litros de milho, sendo necessários 370.000 litros para o consumo dos seus 2276 habitantes, e que cada alqueire de milho (14,204 litros) custava \$500 réis, relativizamos a fortuna dos maiores proprietários da freguesia. Se os rendimentos da Matriz Predial estivessem correctos (o que admitimos não acontecer), a produção em milho, quer de José Silveira Jorge quer de José de Lacerda Pereira e Sousa, não se devia superiorizar, em cada caso, a 120 alqueires, o que chegaria apenas para o consumo médio anual de 10 pessoas. Mesmo que os valores matriciais se encontrassem depreciados, fácil é de admitir que poucos seriam os proprietários das Ribeiras que tiravam das suas terras o milho necessário ao sustento das suas famílias. •

Máscara, a outra face do homem

Quando a festa de Carnaval se aproxima, em cada ano, há logo máscaras de Carnaval enchendo os balcões tanto das grandes superfícies que servem as metrópoles como as mercearias das aldeias mais distantes. Compram-nas os pais para as crianças, compram-nas jovens e adultos e utilizam-nas por um dia, brincando, escondendo-se por detrás como se elas se tornassem cortina em sessão de magia permitindo com o seu correr a revelação de um outro ser. Mas tal atitude não passa de um jogo. E quem o inventou ou mesmo quem o joga não se lembra das máscaras originais dessas que tinham a ver com a vida. Esses nossos avós distantes usaram-nas. Mas foi há tanto tempo que se perderam todos os registos. Quase todos. Um efémero eco sobrevive no canto Nordeste do país cuja leitura fazemos ainda com alguma efabulação. Uma outra perdida memória conserva-se a sul do Douro em Lazarim. E há perto do mar, perto de Ílhavo notícia incerta de uma outra incompreendida cultura que as máscaras não chegam a revelar.

Mas que vida é esta que se esconde ou se revela por detrás da máscara /artifício? Que seres são estes que irrompem sabe Deus de onde, sobre o universo dos homens? Que missão cumprem nesse escasso tempo medido em que estão com eles? Quem pode saber? Ninguém pode saber.

Na distanciada Terra Fria do Nordeste Transmontano há apenas festas de Natal que se estendem entre o dia 24 de Dezembro e o dia de Reis, a 6 de Janeiro. O ciclo dos Doze Dias. Mais tarde há o Carnaval. É praticamente o começo e o fim de um ciclo, o começo e o fim do



grande tempo do Inverno da natureza.

E os rapazes que já saíram de puberdade congregam-se para a dita Festa dos Rapazes distanciando-se então da comunidade. Há como que um toque de magia porque quando voltam a descer ao seio da comunidade já não são eles. O artifício da máscara transfigurou-os. São **caretos, chocalheiros, zangarrões, mascarões, velhos e velhas, diabos** e outra coisa.

Como vestimenta trazem fatos garridos ornamentados com franjas de lã, no rosto uma máscara de madeira ou de outro material e, enroladas ou penduradas no corpo cadeias com chocalhos, na mão uma moca ou cete, ou bengala. Às vezes um bernal ao ombro.

Trazem um destino marcado e cumprem-no até ao fim. Fazem rondas pelos caminhos da aldeia. E os gritos e o chocalhar de cam-

pinhas assustam animais no estábulo, afugentam os bichos do monte, gelam de medo as crianças e as mulheres.

Noutra hora reúnem toda a gente da aldeia. São como deuses. Há um juízo final. E com os textos das **loas**, dos **colóquios** ou **comédias** trazem a julgamento todos aqueles que infringiram as normas ao longo de um ano inteiro.

Os mascarados são também senhores (quase) todo-poderosos. Tocam as mulheres, escancaram todas as portas, apossam-se de bens que os homens resgatam com dinheiro, “roubam” alimentos. Escondem-se depois com os seus lautos banquetes. E bailam com as raparigas pela noite dentro. Semelhantes procedimentos têm lugar no Carnaval, nesse tempo novo anunciado por uma terra prestes a florescer, a regenerar-se graças às sementes que os camponeses enterram, graças aos rebanhos que se multiplicam sob o governo dos pastores.

Quando os mascarados se vão a vida continua, aparentemente continua no seio da pequena comunidade. Mas não é assim. Porque a máscara marcou uma atitude diferente, filosófica, ainda que inconsciente, mas eficaz face à existência, à vida. Trouxe a afirmação de que a desordem não é possível e veio demonstrar a necessidade da ordem, da lei, da norma. A crítica que ridiculariza comportamentos reaproxima os desvios, quaisquer que sejam.

A subversão de funções, a inversão de graus, o mundo ao revés, afirmam a igualdade das classes sociais. E o diabo como máscara mais recorrente, vem lembrar a difícil separação do profano e do religioso, vem lembrar

Máscara, a outra face do homem

a perene luta do Bem e do Mal ainda que o Bem triunfe sempre neste governo a que a máscara preside, no Nordeste.

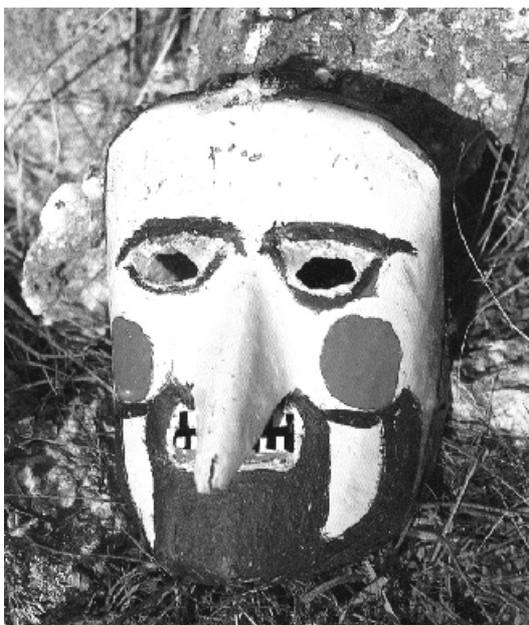
Em Lazarim, na margem sul do Douro, perto de Lamego, os rapazes ainda se vestem de **caretos** (máscaras masculinas) e de **senhorinhas** (máscaras femininas) nos três dias de Carnaval.

Brincam apenas. Mas com a sua ludicidade eles revelam a alma antiga do seu povo. E orgulham-se disso.

Guardam as máscaras que produzem ano após ano. Cada um dos utilizadores que a fez por si ou a mandou construir a qualquer habilidoso artesão local. E o tempo da festa e o artefacto que permanece constituem-se como memória das crenças, dos ritos, de velhos cultos que celebram a natureza, uma Terra-Mãe benfazeja que um dia ofereceu aos homens um tempo de Idade de Ouro de que eles se afastaram, por seu mal.

As memórias do Carnaval de Lazarim remetem para um tempo não muito distante em que os mascarados de Terça-Feira Gorda se assumiam como guardiões de costumes, como restauradores de normas violadas e o roberto, um cacete antropomórfico que hoje complementa a máscara, era simultaneamente ceptro e instrumento de carrasco.

Hoje que as máscaras estão destituídas destas prerrogativas de promulgação e imposição de uma ordem jurídica, fica confiada essa função ao acto de leitura dos testamentos, uma farsa notarial que é simultaneamente tribunal onde se acusam e condenam os desvios de um pretendido comportamento de rapazes



e raparigas que se tomam como que os símbolos da comunidade.

No Vale de Ílhavo, termo desta cidade, há os **cardadores**. São mascarados de Carnaval. Rapazes tão só. Reúnem-se às escondidas muitas vezes, muitos dias antes do Carnaval. Preparam máscaras. Consomem vinho em abundância em demorados serões onde a conversa se solta, brejeira, no interior dos palheiros onde apenas se entra com santo e senha e onde os mais novos se espantam com o conhecimento dos primeiros mistérios da vida.

As máscaras são preparadas com lã branca. As aberturas da boca e dos olhos são revestidas com cortiça pintada de vermelho vivo. O bigode é feito com barba de milho ou crinas de cavalo. O nariz é objecto de particular atenção, é feito com flanela vermelha e deverá ficar comprido conto se fosse um falo erecto.

A cabeça é ornamentada com vistosas asas de uma ave, galinha, pomba, pato, de preferên-

cia branca e a cabeleira que se desprende sobre os ombros é feita de fitas, ditas **paródias**.

O resto da vestimenta que integra a máscara é um conjunto anárquico de roupagens de homens e mulheres, sempre caricatural, sempre vistosa nas suas cores garridas.

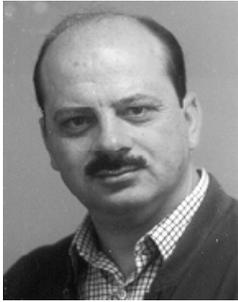
O adereço obrigatório é a carda, espécie de escova de pregaria que os cardadores utilizavam antigamente para a lã (operação do ciclo da lã).

Alguns usam ainda verdadeiras cardas compradas na feira, outros colocam lixa no lugar da pregaria ou usam uma larga escova evitando assim a periculosidade do instrumento.

No dia de Carnaval os cardadores irrompem vindos da praia ou das muitas vizinhas com gritos e saltos e lançam a perturbação entre a gente. Dirigem a sua actuação às mulheres e o gesto simbólico de cardar, de endireitar os fios de lã, é como que um gesto purificador que não fica distante das atitudes dos chocalheiros do Nordeste ou dos antigos caretos de Lazarim.

Hoje é também um fenómeno lúdico sem deixar de expressar vivências antigas de uma comunidade que não sabe explicar a sua origem e a remete para um distanciado tempo de dois ou três séculos quando um costume índio se introduziu por ignoradas vias.

Por detrás das máscaras ficamos nós todos. Do lado de cá também. As máscaras são o sinal desta contradição, da nossa contradição. E o apelo para a sua resolução. •



NOME: *Francisco Messias Trindade Ferreira*

IDADE: *43 anos*

NATURALIDADE: *Aveiro*

ACTIVIDADE PROFISSIONAL: *Professor do Ensino Secundário*

À procura da realização pessoal

O interesse pela Demografia Histórica surgiu de uma curiosidade: fazer a árvore genealógica da família. Porém, ressalva Francisco Messias, “fazê-la manualmente era complicado. Daí ter procurado um programa informático capaz de eliminar algumas dificuldades”. Nesta pesquisa, o investigador depressa apercebeu-se “que poderia alargar o âmbito de uma família para uma paróquia inteira e entrar num campo de pesquisa aliciante”. Foi assim que “o ‘bichinho’ da investigação” impulsionou o docente do ensino secundário à frequência do Mestrado em História das Populações.

Apesar dos condicionalismos que a integração num projecto desta natureza impõe, com as dificuldades em “conciliar a actividade profissional com a frequência das aulas, o tempo disponível para a investigação e o acesso às fontes”, Francisco Messias não olhou a sacrifícios para atingir os objectivos.

O investigador não esconde que a possibilidade de progredir na carreira motivou o empenhamento que dedicou à realização da dissertação de mestrado. Porém, admite, “mais que isso foi a satisfação e a realização pessoal. É, a meu ver, redutor ficar pelo dia a dia das aulas. Acaba-se por entrar numa rotina que se torna **ao fim de algum tempo** acomodativa; depois, cristaliza e transforma-se em improdutiva por variados motivos, para finalmente se verificar que é frustrante. É necessário quebrar esse círculo vicioso, e foi isso que fiz: dei-tei abaixo algumas paredes da minha rotina, dei-me um pouco de desassossego!”

Por que conseguiu satisfazer o objectivo desejado considera essa trajectória “gratificante”. Nas pesquisas que tem efectuado, o investigador tem identificado “imensos aspectos de interesse quer ao nível da História Local, quer ao nível da Demografia Histórica”. No primeiro caso, por exemplo, mostra-se surpreendido com “a dimensão da freguesia (Eixo) e mais ainda a do concelho”; e intrigado com o facto “de Eixo e Esgueira terem tido no século XVIII um crescimento notável enquanto Aveiro definhava”. “Se as causas da decadência de Aveiro são tradicionalmente associadas ao fecho da barra da ria, como é que surge o desenvolvimento de Esgueira e Eixo, também eles intimamente ligados à ria e ao Vouga?”, questiona o docente.

Ao analisar os pressupostos teóricos que orientam o seu trabalho, Francisco Messias considera que está “distante do ‘modelo francês’”, salientando que “a nossa Demografia goza de particularidades muito próprias e que precisam de ser escalpelizadas. E mesmo dentro do continente português existem diferenças substantivas”. E enumera algumas dessas diferenças: “a mortalidade infantil não é uniforme, a ilegitimidade também não, as idades ao casamento também variam”. “Depois, há outros aspectos interessantes e mais particulares decorrentes da minha investigação, ao nível da Demografia: o elevado número de partos de gémeos (que se mantém com o alargamento a outras paróquias), uma grande família cujos membros falecem com idades entre os 85 e os 103 anos!; uma

freguesia onde a endogamia em termos de casamentos é marcante (todos os casamentos no século XIX entre naturais da freguesia revelam parentesco do 2º ao 6º grau!); o crescimento da ilegitimidade para níveis elevadíssimos após 1830”.

Apesar de já ter concluído o Mestrado, Francisco Messias não se tem afastado da demografia, considerando este domínio do saber “a base para qualquer investigação mais aprofundada”. Porém, está a preparar “o caminho para outras áreas que darão, certamente, muitas respostas às questões suscitadas pela demografia”. O doutoramento é a próxima meta. “Neste momento, estou ainda no primeiro passo, ou seja, na fase de conclusão do levantamento de 6 paróquias, à qual se segue o tratamento dos dados. Depois será a abordagem das temáticas económica, social, mentalidades, cultura e política”. Aliás, o tema da tese para aí aponta: “Viver e morrer no território do antigo concelho de Eixo”, sendo uma tentativa de “captar a alma e a essência daquele povo nos tempos idos”.

Felizmente, revela o investigador, “neste momento não tenho o problema da conciliação da actividade profissional com a investigação, uma vez que gozo de uma equiparação a bolseiro para doutoramento, o que me concede todo o tempo para me dedicar a esta tarefa. Quanto à vida familiar procuro que o trabalho não interfira com ela, impondo-me um horário de trabalho mais ou menos rígido conforme as circunstâncias”. •

Em torno da mortalidade infantil

Para quem efectua a reconstituição de paróquias e gosta de desafios, trabalhar a mortalidade infantil não deixa de ser um repeto sedutor e irresistível. Sedutor por colocar problemas que vão da reconstituição à validade dos dados recolhidos, passando pela identificação dos indivíduos registados; irresistível por criar no investigador o desejo de completar o mais possível os dados referentes às pessoas referenciadas e o de compreender e explicar uma realidade mais ou menos distante.

A matéria prima a partir da qual se procede à reconstituição de uma paróquia é o registo paroquial. No entanto não se excluem outras fontes de informação, como por os róis de confessados, com o intuito de completar o conhecimento da população da freguesia.

Mas a informação disponível nem sempre é da melhor qualidade, e algumas vezes é omissa ou incompleta. Apesar das orientações contidas nas Constituições dos vários Bispados, das Visitações efectuadas com regularidade às paróquias, das chamadas de atenção (e multas aos párcos) para a elaboração dos registos pela autoridade eclesiástica (incluídas muitas vezes nos próprios livros paroquiais), não se conseguiram grandes progressos em termos de homogeneidade e a qualidade variava na proporção directa do sentido de responsabilidade do párcos. O tipo de registo que acabou por sofrer mais vincadamente com alguma incúria ou com as concepções vigentes foi o registo de óbitos.

No entanto, pelo decreto de 19 de Agosto de 1859, foi uniformizado o formulário dos registos e o decreto de 2 de Abril de 1862 torna obrigatória a utilização dos novos modelos. A nor-

malização conduziu a uma melhoria substancial da identificação dos intervenientes dos vários actos, mas poderá não ter, naturalmente, evitado o subregistro, uma vez que a elaboração dos assentos continuava a cargo dos párcos.

Tomou-se como período de análise os anos de 1860-1885, pois é a partir da data inicial que os registos paroquiais oferecem uma maior fiabilidade.

Reconstituíram-se sete paróquias contíguas: Eixo, Requeixo, Eirol, Nariz, Oliveirinha, Fermentelos e Aradas. Todas integravam o antigo concelho de Eixo, à excepção de Aradas, e todas se inserem no actual concelho de Aveiro. O valor encontrado para a mortalidade infantil no período em apreço não difere de forma radical daqueles que foram verificados para as paróquias já estudadas de Eixo-Oliveirinha e Aradas: 103%. Trata-se de um valor efectivamente baixo, que conduz a duas interrogações inevitáveis e contraditórias. Não haverá subregistro nos óbitos dos recém-nascidos? Não estaremos na presença efectiva de baixos valores de mortalidade infantil?

Para a primeira questão as dúvidas serão resolvidas quando se conseguir uma ou várias séries cronológicas de dimensões aceitáveis, onde os indivíduos tenham o seu percurso de vida identificado – *método de análise de biografias* de Bengtsson, bastante próximo da metodologia de reconstituição de paróquias (Amorim, 1991).

A segunda hipótese não é de descartar *a priori*, visto existirem algumas razões que podem sustentar esta asserção. O número de paróquias já reconstituídas, que começa a ter algum significado, aponta para valores de mortalidade infantil rela-

tivamente baixos. Por outro lado, Mário Leston Bandeira (1996: 440), partindo das *Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal. Estatística demográfica...* encontrou para 1902 valores muito baixos de mortalidade infantil em alguns distritos: Aveiro apresenta 92,56%; Braga, 60,96%; Coimbra, 88,66%; Viana do Castelo, 97,70%; mesmo Leiria, com 116,42%, não está muito distante destas cifras. Em 1910 os valores sofrem alguma alteração, mas mantêm-se no mesmo patamar de baixa mortalidade: Aveiro, 101,33%; Braga, 128,73%; Coimbra, 81,33%; Viana do Castelo, 111,78%; e Leiria com 91,47%. Não há mais distritos no país a apresentar valores desta ordem de grandeza.

De toda esta faixa litoral fica excluído o Porto. A sua condição de grande pólo centrípeto cria-lhe um conjunto de condições especiais: em 1902 tem como valor 171,14% e, em 1910, 160,58%. Aqueles valores contrastam fortemente com os de outros distritos: Castelo Branco (162,14%), Évora (180,53%), Portalegre (210,30%), para referir apenas alguns.

Comprovando-se os baixos valores de mortalidade infantil naqueles distritos, de imediato afloram novas questões, às quais a Demografia Histórica, por si só, não consegue dar resposta. Esta pode encontrar-se em muitas outras áreas do saber e mesmo apontar para a existência de uma conexão causal multifactorial (Bengtsson e Lundh, 1944: 38).

Segundo Rollet (1994:15) o modelo de mortalidade existente num dado momento e numa dada região resulta de uma mistura complexa de vários factores, cujo peso depende de um certo número de constrangimentos climáticos, económicos e sociais (leia-

Em torno da mortalidade infantil

se culturais). Mas as razões para a diminuição da mortalidade infantil ou para o seu baixo valor também podem ser procuradas em áreas diferentes como a epidemiologia (Bengtsson e Lundh, 1994; Bernabeu-Mestre, 1994), o ambiente (Del Panta, 1994), a amamentação (Barbosa, 1998), ou os progressos médico-sanitários públicos e individuais, entre outros.

É por enquanto prematuro avançar com qualquer tentativa de explicação conclusiva para os baixos valores da mortalidade infantil encontrados, em particular, para o conjunto das referidas sete paróquias. Não existe tão pouco a possibilidade de comparação com períodos posteriores ou anteriores, uma vez que, para os primeiros, ainda não estão disponíveis todos os elementos e, para os segundos, a qualidade dos dados é no mínimo questionável. Todavia é possível efectuar uma primeira abordagem em termos demográficos a este período de 25 anos, que lançará possíveis pistas para desenvolvimentos futuros.

Como já foi indicado, a taxa de mortalidade infantil não corrigida para este período (1860-1885) é de 103%, para um total de 726 óbitos. Pode decompor-se este valor em: taxa mortalidade neonatal precoce (óbitos entre 0 e 6 dias completos) - 14%; taxa de mortalidade neonatal tardia (óbitos entre 7 dias a 1 mês) - 26%; taxa de mortalidade pós neonatal (de 1 mês a 1 ano) - 62%.

São valores baixos, como anteriormente se disse, mas quando os registos

parecem estar correctos sob o ponto de vista formal e de precisão de conteúdos, quando estão arrolados indivíduos que falecem com 15 minutos ou 3 horas de vida, não há muito mais a fazer que não seja seguir o percurso de vida dos sobreviventes, procurando outras fontes de informação.

	TMI	d%
Janeiro	104	1
Fevereiro	115	12
Março	91	-11
Abril	95	-8
Maió	97	-6
Junho	94	-9
Julho	103	0
Agosto	85	-17
Setembro	116	12
Outubro	116	13
Novembro	119	16
Dezembro	97	-6
	103	

Tabela 1

Torna-se interessante analisar a sazonalidade dos óbitos de menores. Seguiu-se para esta análise o processo em quase tudo semelhante ao proposto por Soriano Palao (1999): calcularam-se as taxas de mortalidade para cada um dos meses e, o respectivo desvio em relação ao valor da taxa de mortalidade do

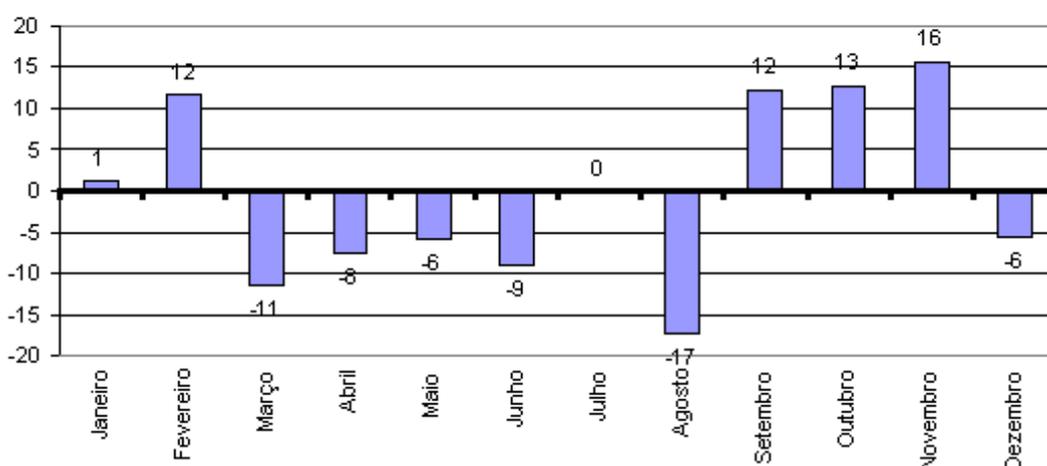
período. Este método permite obviar el sesgo que se introduciría en los datos por la estacionalidad de los nascimientos en caso de utilizar los números brutos de fallecidos (J. Knodel, 1983, apud J. Soriano Palao, 1999).

Obteve-se, assim, a tabela 1 e o gráfico Sazonalidade da Taxa de Mortalidade Infantil (1860-1885). A curva da sazonalidade é muito semelhante à que foi obtida por Ferreira (1999) para Eixo-Oliveirinha e Lacerda (2000) para Aradas, em termos de óbitos de maiores de sete anos e menores que essa idade para período idêntico. Em ambos os casos as amplitudes sazonais têm intensidades aproximadas nos meses de Fevereiro a Julho - meses de baixa (F. Lacerda, 2000, 198).

A maior intensidade da mortalidade de menores de um ano situa-se no período outonal, com um ligeiro pico em Fevereiro. A coincidência de picos de mortalidade infantil e das restantes (maiores e menores de sete anos) no período outonal, parece apontar para causas de óbito de natureza epidemiológica do foro gastrointestinal.

O estudo da mortalidade dos menores de um ano segundo a estação do nascimento, propos-

Sazonalidade da Taxa de Mortalidade Infantil (1860-1885)



Em torno da mortalidade infantil

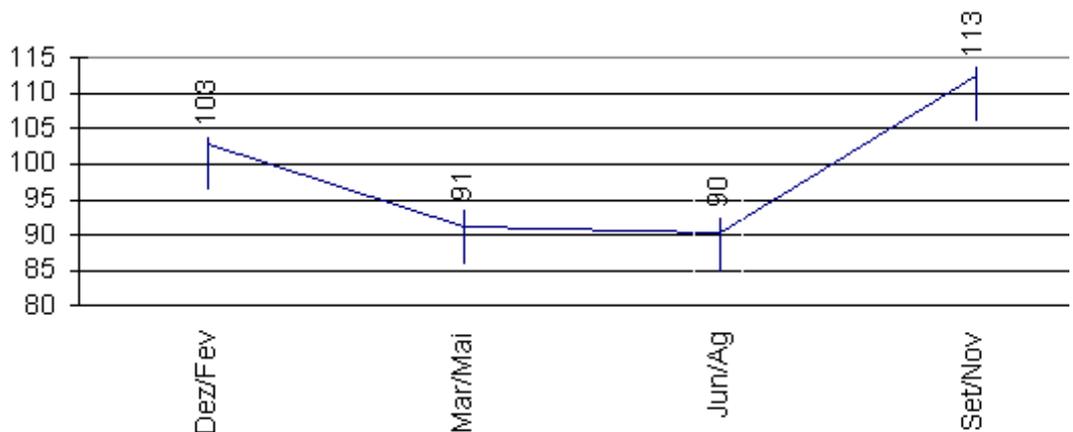
to inicialmente por Vilquin (1978) e continuado por Breschi e Livi-Bacci (1994), revela-se de grande utilidade, dada a multiplicidade de factores que podem intervir na mortalidade infantil. Por força do desfasamento temporal dos nascimentos ao longo de um ano, cada grupo de indivíduos enfrenta, em diferentes condições, as várias estações do ano. Naturalmente a situação de vida e a capacidade de resposta será também diferente.

Para a análise em causa partiu-se dos meses de nascimento, agrupados em coortes trimestrais de acordo com a estação do ano, mantendo-se a divisão usada internacionalmente. Inverno (Dezembro a Fevereiro), Primavera (Março a Maio), Verão (Junho a Agosto) e Outono (Setembro a Novembro).

Representa-se de seguida, de forma gráfica e numérica, os desvios das taxas de mortalidade de cada coorte, indexando os valores à taxa média do período em análise (*Taxas de Mortalidade Infantil segundo a estação de nascimento*).

A partir do gráfico é possível observar não existir uma grande discrepância entre as várias estações do ano. No entanto, os nascidos durante o período mais frio (Outono e Inverno) são menos favorecidos. As causas desta maior incidência de mortalidade são naturalmente múltiplas, podendo ter origem endógena ou exógena. Pelo contrário, os nascidos na Primavera-Verão resistem melhor à mortalidade outonal pois a sua alimentação ainda é pouco variada (ainda se encontram em aleitação) e os

Taxas de Mortalidade Infantil segundo a estação de nascimento
(Taxa de Mortalidade Infantil 1860-1885 = 100)



anticorpos fornecidos pelas mães são em número suficiente para poderem resistir às agressões de agentes patogénicos.

Em forma de conclusão pode dizer-se que a mortalidade infantil é bastante baixa para o período em análise. O alargamento do quadro espacial de observação mais não fez que comprovar os valores anteriormente verificados (F. Ferreira, 1999; Lacerda 2000). Trabalhar a mortalidade infantil em termos de sazonalidade e duração de vida permitirá encaminhar a pesquisa, de forma mais orientada, para a procura das explicações da origem. •

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM**, Maria Norberta, 1991, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, Universidade do Minho.
- BANDEIRA**, Mário Leston, 1996, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BARBOSA**, Maria Hermínia Vieira, 1998, "Reconstituição de Paróquias e aprofundamento dos Estudos de Mortalidade Infanto-Juvenil da Comunidade de Esporões (Séculos XVII-XX)", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XVI-I, 1998.
- BENGTSSON**, Tommy e **LUNDH**, Christer, 1994, "La mortalité infantile et post-infantile dans les

pays nordiques avant 1900", *Annales de Démographie Historique* 1994, pp. 23-43.

BERNABEU MESTRE, J., 1994, "Problèmes de santé et causes de décès infantiles en Espagne, 1900-1935", *Annales de Démographie Historique* 1994, pp. 61-77.

BRESCHI, M. e **LIVI BACCI**, Massimo, 1994, "Le mois de naissance comme facteur de survie des enfants", *Annales de Démographie Historique* 1994, pp. 169-185.

DEL PANTA, Lorenzo, "Mortalité infantile et post-infantile en Italie du XVIII^e au XX^e siècle: tendances à long terme et différences régionales", *Annales de Démographie Historique* 1994, pp. 45-60.

FERREIRA, Francisco Messias Trindade, 1999, *A Antiga Freguesia de Eixo e Oliveirinha (1666-1900): estudo demográfico*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.

LACERDA, Fernando Alberto, 2000, *S. Pedro de Aradas (1690-1900): estudo demográfico*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.

ROLLET, Catherine, 1994, "La mortalité des enfants dans le passé: au-delà des apparences", *Annales de Démographie Historique* 1994, pp. 7-22.

SORIANO PALAO, José, 1999, "La mortalidad infantil en los inicios de la transición demográfica. Análisis de una parroquia de Yecla (Murcia): 1852-1930", *Historia Contemporánea*, 1999 – 18, pp. 253-269.

Estudantes mocambicanos em Portugal

A civilização que os Europeus levaram para o continente africano teve precedentes em outras civilizações no Oriente que deixaram profundas marcas da sua cultura nos povos de varias partes importantes da África Negra. A expansão do Islamismo em África antecedeu o esforço evangelizador do Cristianismo muitos séculos. Toda a faixa costeira de Moçambique cujo nome é nitidamente memoria dum illustre nome muçulmano, foi território fortemente marcado pela cultura maometana tanto nas características somáticas quanto

nos costumes das suas populações.

Os Europeus podem, contudo, orgulhar-se de haverem desencadeado um processo de assimilação cultural, algo **dramático** para as populações indígenas da África Negra. Foi contudo o preço que essas populações tiveram de pagar para **poderem transpor o drama da escravatura e assumir-se, ao lado dos países mais avançados do mundo, como caloiros da civilização.**

Por acção dos Portugueses, entre outras nações europeias, puderam emergir vários grupos

étnicos do estado de sua tradicional organização tribal e clânica para uma forma mais actual baseada nos conceitos e valores das sociedades europeias. Sem todavia haverem abandonado as regras das suas linhagens fundadoras a maior parte das populações negras aprendeu a conhecer e a viver segundo princípios diferentes que representavam para eles o limiar da civilização.

Mas dificilmente o colono “civilizador” deixava de interpretar os costumes das populações como manifestações de bruteza e selvajaria. Não havia possibilidade de explicar que o colono, por sua vez, não estava preparado para entender que a diversidade de estruturas sociais e de valores morais não tinha nada a ver com fases do progresso humano e sua adaptação progressiva às mudanças sofridas no espaço e no tempo. Um processo de que o colonizador já não tinha memoria de haver percorrido os mesmos trilhos alguns milhares de anos antes.

Porém, esse pensamento justificava o sacrifício e abnegação de missionários e outros que se entregaram à dura tarefa de ir evangelizá-los e ensinar-lhes o caminho duma vida superiormente humana e civilizada.

Afirmava-se que os Africanos não possuíam uma religião, um corpo de sacerdotes, uma noção de Deus e do Paraíso tal o seu estado de selvajaria. Declaradamente se concluiu que não possuíam uma religião salvífica, nem um Deus único, justo e bondoso. Senão um conjunto de superstições grosseiras. O homem europeu chamava então sobre si a espinhosa tarefa de resgatar esse homem primitivo fazendo dele um ser humano “à sua semelhança e feitio”. E fez como se pode hoje ver em muitos dos países africanos que foram colónias europeias, onde Portugal também está!

Chamou-se civilizar e cristianizar a todas as acções desenvolvidas, para converter o “homem africano” numa réplica do “homem europeu”. Durante esse tempo a economia dos países que mantinham esse pesado fardo pode prosperar e novas categorias sociais economicamente prosperas emergiram fazendo projectar internacionalmente a imagem das nações que possuíam impérios coloniais.

Com o rodar dos tempos reconheceu-se que a alma do Negro vinha sofrendo um certo “branqueamento” visível nos costumes que adoptava e na apetência de civilização, riqueza e ostentação dos seus modelos. O homem africano ressuscitava, assim, segundo a imagem do seu tutor colonial.

Depois de o DEUS dos Judeus e Cristiano haver criado Adão e Eva à sua imagem, tocara a vez de o Homem Ocidental, seu devoto seguidor, fazer do Homem Africano um “ser civilizado”, imprimindo-lhe os traços do seu carácter, tanto os aspectos mais refinados do seu saber como os seus vícios e defeitos mais graves!

Entre o século XIX e o sec. XX, o selvagem das florestas e savanas tropicais aprendera a imitar o seu protector em tudo quanto lhe parecesse conveniente, até mesmo no ódio, no egoísmo, na ambição e na vaidade, com prejuízo dos seus próprios irmãos de raça, cultura ou território, por supostas razões ideológicas e em defesa duma vontade popular ignorada do povo, com um grau de crueldade e egoísmo jamais vistos!

Quando o Africano percebe que pode copiar do seu criador e modelo europeu os mesmos gestos, usar os mesmos argumentos, ter as mesmas atitudes sociais, vestir os mesmos fatos, habitar moradias sumptuosas nos bairros mais nobres do tempo colonial, desfilar em grandes car-



Estudantes mocambicanos em Portugal

ros, servir-se dos mesmos ardis lesando os interesses do povo trabalhador, então neste ponto revolta-se contra o seu abnegado patrono proclamando o seu direito de determinar o próprio destino com liberdade...

Traça o roteiro do seu futuro em direcções que não haviam sido sugeridas pelo país que o tutelara durante tantos séculos, propondo modelos “milagreiros”, fáceis e irrefutáveis, em contradição com a estrutura moral das populações em cujo seio mergulhavam, afinal, as raízes ancestrais desses chefes. O ódio ao paternalismo opressivo do seu antigo tutor subleva-se numa guerra desesperada, contra um passado que já ninguém podia apagar ou repetir. E por causa dele mesmo mergulham numa guerra fratricida sem outro sentido senão a voraz apetência de poder e riqueza manipulada por outros interesses exteriores.

A África evangelizada e explorada gerou filhos que haviam de bradar um dia para o mundo que os civilizara, dizendo: -“Agora que eu possuo o código dos teus métodos de poder e domínio sinto que sou igual a ti e posso tomar o teu lugar na condução dos destinos dos nossos povos, dispenso a tua tutela ou mostra-me essa necessidade noutros termos. Quiseste criar-me à tua imagem, eis-me, pois, aqui, feito à luz e semelhança do teu Evangelho!

“A minha revolta não é contra o teu povo nem porque me quiseste moldar à tua imagem mas porque me fizeste “europeu” de outros climas, mascarado com a cor dos trópicos. Eis que sou, finalmente, a tua obra! Aprendi a reagir com os teus instintos, a copiar os teus desejos e sonhos, no egoísmo e na impiedade, e também nas mascaras que uso para poder conviver com o mundo perverso que nos rodeia.

“Vê, pois, como hoje posso sacrificar os meus irmãos de raça,

os meus colaterais vizinhos da mesma essência humana que nós (tu e eu) com a mesma frieza com que tu matavas outrora na Europa os teus irmãos continentais por não acreditarem nos teus deuses, por não rezarem ante os mesmos altares e não oferecerem os sacrifícios que tu praticavas. Contudo não desisto de proclamar o meu arrependimento perante o DEUS que me ensinaste a amar e em cujo nome posso fazer tudo o que tu, meu protector e mentor ocidental, me ensinaste a fazer sem o menor sentimento de culpa!”

Entretanto os ponteiros do tempo rodaram mais rápido do que se pensava... Se ontem as hostes piedosas da acção civilizatória devassavam os matos africanos procurando atrair o selvagem para os braços da misericordiosa civilização, hoje, já emancipados da antiga tutela política, são os próprios africanos que batem uns nos portais dos seus antigos tutores e imploram abrigo, segurança e paz... enquanto outros conclamam pelas luzes do saber civilizado, sedentos de ganhar experiência e outra visão da vida, para além dos limites da sua indigência e sofrimento.

A História escreve-se agora de costas voltadas para o passado. Já não são os Indígenas de ontem os que hoje se apresentam como membros numa mesma família a família irmanada sob uma sigla comum, a dos PALOP. Uma família imensamente diversificada e acabada de chegar ao átrio da civilização. É a primeira geração dos últimos dias do crepúsculo colonial, que agora procura junto da nação providencial absorver o saber e a experiência das sociedades civilizadas. Busca avidamente aprender tudo para assim poder inventar o seu próprio futuro nacional e navegar nas estradas da História com a mesma legitimidade dos demais.

Estes herdeiros do passado

colonial são agora imigrantes na Pátria do antigo tutor dos seus primeiros passos na estrada da História Moderna, imigrantes que ao reduto lusitano afluem pedindo emprego, acolhida, protecção. Como operários, fugitivos, desalojados, refugiados ou drogados, meretrizes e esfomeados, todos em busca dum tecto que os proteja e ensine outros caminhos possíveis para uma saudável reabilitação social e humana. Como se pregava outrora na África colonial, invocando as palavras do Evangelho que ninguém entendia, mas agora sim!

No meio dessa multidão de expatriados emerge também um largo contingente de jovens impolutos, que se apresenta com o “estatuto de estudantes”. Vêm frequentar Institutos e Universidades portuguesas, protegidos sob a bandeira dos PALOP, formando assim as bases duma comunidade do futuro, com uma amplitude transcontinental e multiétnica, **que a HISTÓRIA, um dia, terá de registar como um novo capítulo das sociedades humanas sob o signo das nações globalizadas!**

Então sob esse pendão fraternal dos



Estudantes mocambicanos em Portugal

PALOP (CPLP), Africanos de varias origens e culturas viverão na pátria de Camões e Fernando Pessoa, durante largos anos, aqui estreitando laços históricos e pessoais com os Portugueses, procurando com isso sanar antigas ressentimentos, esquecer erros que foram parte duma experiência irrepetível, e procurar nos horizontes do futuro uma luz apelativa das convergências que buscam... Um exército de jovens estudantes está finalmente pisando o solo da Nação que lhes abriu as portas da HISTORIA. Aqui vieram permanecer cinco, seis ou mais anos para sorver ciência e experiência, aprender a dar passos seguros nos carris da CIVILIZAÇÃO e a desenvolver a sua criatividade reflectindo sobre a complexidade dos seus povos e dos problemas que o seu país, como Nação que ainda não é, encontre algum dia a sua identidade cultural profundamente socializada no conjunto das populações etnicamente divididas. Por

isso mesmo, devem os estudantes dos PALOP não ignorar que são antes de tudo africanos e aprender que isso significa não procurar ser o que não devem ser -uma máscara do europeu- se quiserem sustentar a singularidade da sua condição africana, que é o factor que a todos eles une na sua diversidade etno-negra e lhes empresta originalidade e encanto!

Os estudantes africanos não devem, por isso, esquecer que nas suas pátrias de origem também são entre si diferentes, portadores de idiosincrasias distintas, que precisam de ser respeitadas e valorizadas. Porque é aí que reside a essência da sua originalidade nacional como suporte moral da identidade cultural que tanto procuram.

Duma maneira geral, os estudantes dos PALOP não devem, por estas razões esquecer, quando regressarem aos seus países, que não irão lidar com pessoas, famílias, sociedades, sistemas de

valores, hábitos de vida, crenças e sensibilidades culturais diferentes do quadro moral dos europeus com quem durante muitos anos tiveram uma saudável oportunidade de conviver descobrindo afinidades que o ambiente colonial não consentira...

Terem sido educados e instruídos na Europa, poderá também ter-lhes permitido aprender a reflectir sobre as condições dos seus irmãos de raça e cultura... Eles que permaneceram dobrados sobre a terra-mãe, fiéis aos seus costumes ancestrais e cuja psicologia, bloqueada por outros factores culturais e sociológicos, é importante compreender e saber respeitar. Se quiserem que esse "colono" nativo, irmão de raça, semente e fruto de culturas tradicionais milenares, dê passos seguros nos difíceis trilhos da Civilização sem cair numa outra forma de servidão e sofrimento, porventura, ainda mais cruel!...

Uma aproximação à documentação dos arquivos paroquiais

Em estudos de História da População, é necessário analisar com especial cuidado a qualidade das fontes que os sustentam, talvez mais que noutras disciplinas históricas, pelo menos explicitamente.

É verdade que esta preocupação deu lugar a notáveis análises sobre as disposições e processos de elaboração e, portanto, à qualidade de uma das fontes de primordial importância, os registos paroquiais.

Estes documentos são, uma das fontes utilizadas no estudo das populações do passado, pelo facto de fornecerem informação sobre os actos vitais que são o nascer, o procriar e o morrer. As séries de livros sacramentais suscitam maior atenção como fon-

tes essenciais de um estudo demográfico. Estamos, pois, de acordo com Vicente Perez Moreda quando escreve que neste tipo de estudo "...os registos de baptismo, óbito e casamento, e as relações periódicas de confirmados constituem o núcleo fundamental" (Moreda, 1980:26).

A importância desta fonte levou a que muitos demógrafos reconheçam a riqueza do seu conteúdo e privilegiem os livros de Registo Paroquial onde os "...actos mais importantes da vida dos seus avós, nobres ou plebeus, ricos ou pobres foram sistematicamente registados" (Amorim, 1982:5) e consideram que a "melhor fonte para o conhecimento da demografia de um país será o estudo exaustivo dos registos Paroquiais" (Hajnal,

1965:134), "os quais são uma boa fonte de informação que deve ser explorada" (Ibidem:7).

Em virtude do empenho do Estado em preservar os registos paroquiais de possíveis estragos "os locais onde se encontram habitualmente os assentos de nascimento, casamento e óbito anteriores a 1850 são os Arquivos Distritais (esporadicamente os municipais) ou o Arquivo Central. Onde os primeiros não foram organizados, pode ser ainda a autoridade eclesiástica que os conserva nos Arquivos Diocesanos" (Amorim, 1982:7). Posteriormente a este período, encontrá-los-emos no Registo Civil e cartórios Paroquiais.

Foi com base no espólio dos Cartórios Paroquiais do concelho de Braga, quer da área urbana quer da área rural, que elaborámos

Uma aproximação à documentação dos arquivos paroquiais

um trabalho de inventariação do qual nos propomos trazer alguma notícia. Esse trabalho foi levado a efeito por uma equipa de alunos do último ano do Curso de História da Universidade do Minho e por um membro de NEPS sobre a orientação do Professor Doutor Franquelim Neiva Soares. Das reuniões prévias de preparação para o trabalho a realizar foi elaborado um esquema condutor que lhe daria unidade. Posto isto, foi dividida a área territorial. Como já vínhamos realizando este tipo de trabalho na parte ocidental do concelho, demos-lhe continuidade num total de 34 freguesias da zona rural e numa da zona urbana.

Não foi fácil a entrada nos Arquivos Paroquiais porque a disponibilidade dos párocos era quase nula e podem-se contar pelos dedos aqueles que, à primeira tentativa de marcação, puderam franquear as suas portas. Foi necessário muitas vezes fazer vários telefonemas para se conseguir uma adesão ao nosso trabalho. Apesar destes escolhos a que o nosso optimismo não cedeu, paulatinamente o trabalho de inventariação e análise foi-se realizando e cada cartório era um foco de expectativa, uma vez nele penetrado, o deslumbramento pela qualidade do seu conteúdo sobrepunha-se a todas as dificuldades.

E saber que muitos documentos perseveraram incólumes ao longo de três séculos, resistindo às intempéries de alguns detractores e à cobiça de outros, constituiu motivo de regozijo para quem vê na documentação paroquial “o núcleo fundamental como fontes essenciais de um estudo demográfico”.

As séries de livros sacramentais existentes nos cartórios datavam do século XX, embora os livros de extractos fizessem a ligação aos anteriores a 1910. Apesar de uma ou outra paróquia conservar um ou outro livro anterior a este período, obviamente as disposições normativas sobre os assentos paroquiais já não são somente as

emanadas das constituições Sino-dais de 1697, mas também as do Decreto de 19 de Agosto de 1859, o primeiro diploma legal que entre nós regulou a forma dos assentos de baptismo.

Durante quase dois anos fomos percorrendo, um a um, os cartórios paroquiais. O nosso trabalho, por questões metodológicas, estava dividido em quatro capítulos: o primeiro dizia respeito à paróquia. Nele englobávamos os livros sacramentais, róis de confessados, costumesiros, fábrica da igreja, testamentos, tombos, visitações. O segundo respeitava associações, confrarias e irmandades. Aqui englobávamos os estatutos, acórdãos ou actas, irmãos, contabilidade/receita e despesa, legados e missas, tombos de propriedades, documentos jurídicos e contencioso. Um terceiro capítulo reportava-se à junta de paróquia. O quarto referia-se a outro fundo. Englobávamos aqui todos os documentos que não se enquadravam nos capítulos anteriores. Um quinto capítulo dizia respeito a obras impressas, mas só referíamos obras valiosas, raras ou colecções completas.

Em relação ao primeiro capítulo temos a destacar o espólio dos cartórios paroquiais de Priscos, com três livros de Visitações relativos aos anos de 1659, de 1767 e de 1824, bem como de Nogueira, de 1738, e de Ferreiros. De registar ainda nestas paróquias uma série de Róis de Confessados desde 1876 a 1926, bem como, em Gualtar, Róis de Confessados de 1777 a 1845 e um livro de recenseamento de crianças com idade escolar dos 6 aos 12 anos datado de 1881-1884.

No Cartório de Tibães encontramos Róis de Confessados de 1880 a 1935, e, no de Passos S. Julião, um caderno de Baptismos de 1806 a 1846, bem como um de Óbitos de 1808 a 1833. No de 5. João Baptista de Nogueira compulsámos um livro de um inventário da fábrica da igreja, de 1707, e no de Lomar um outro de usos e costu-

mes, de 1709, e ainda um livro de testamentos de 1720 e outro de Prazos de 1706 a 1727. Em Tibães, uma referência fora do comum é um livro de registo de cera, sem data, com 300 páginas todas completas.

Em relação ao segundo capítulo, Associações e Confrarias, alguns espólios paroquiais são bastante ricos. Assinalamos os dos cartórios paroquiais de Tibães, Nogueira, Gualtar, S. Lázaro e Ferreiros. Embora todas as freguesias possuam livros respeitantes a Confrarias e Irmandades, um grande número destes é de data recente. Outros, porém, com, os atrás referidos, possuem documentos desde o século XVII. Podemos, a título de exemplo, assinalar alguns dentre eles: o caso das Confrarias de Nossa Senhora do O de Tibães, datada de 1695, S. Lázaro com a Confraria de Nossa Senhora do Socorro, livro para assentar os confrades de Nossa Senhora do Socorro, de 1649, e o livro da Confraria do Bem-aventurado S. José, de 1620 em Gualtar e da Confraria de Subsino, de 1722.

Em relação ao terceiro capítulo, Junta de Paróquia, pouca documentação se encontra neste campo. E no entanto de assinalar a existente na freguesia de Palmeira, datada de 1893 a 1925.

Para o último capítulo, “Outro fundo”, remetemos toda a documentação que não se encontrava nos capítulos anteriores, como sejam as palestras eclesásticas, que abundavam no início do século passado.

Pensamos que a inventariação dos Arquivos paroquiais é um bom contributo para a divulgação das fontes existentes e que poderá completar a base de dados de muitos historiadores demógrafos que trabalham com fontes paroquiais. Ao mesmo tempo congratulamo-nos com a preservação de muitos arquivos ao longo de séculos que começarão certamente a ser utilizados por aqueles que, com afinco, trabalham no campo da Demografia Histórica. •

Primeiro volume de nova série de publicações do Neps

As Festas Sanjoaninas e suas origens mais remotas, de Antonieta Costa

Alargando a sua linha editorial, Neps acaba de lançar o primeiro volume de uma nova colecção de publicações, a série B dos Cadernos Neps. Trata-se de uma obra da investigadora açoreana Antonieta Costa, um estudo comparativo documental com o título “As Festas Sanjoaninas e suas origens mais remotas”, dedicado ao estudo das festividades tradicionais do solestício de Verão da Ilha Terceira.

Este trabalho insere-se na actividade de pesquisa que Antonieta Costa tem vindo a desenvolver na sequência do Doutoramento em Psicologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Na apresentação do trabalho agora publicado, a autora escreve:

As Festas Sanjoaninas da Ilha Terceira, são um acontecimento marcante nos Açores, presentemente conhecido como ‘as maiores festas profanas’ do Arquipélago.

As Festas são compostas por um agrupamento de eventos culturais, aparentemente desconexos, para os quais não se conhecem as razões de ser nem os sentidos, não obstante cronistas locais se referirem a ele, documentando-o na Ilha desde pelo menos o século XVII.

No Continente Português, de onde provavelmente terá emigrado com os primeiros povoadores, as referências históricas relativamente às possíveis origens são também pouco esclarecedoras.

Devido à persistência desta

tradição e principalmente à preservação do modelo inicial, que não obstante ilógico (na sua compreensão actual), é mantido ao longo dos seus muitos anos de existência, levantou-se a questão de se proceder a uma sua leitura hermenêutica. Considerando a hipótese da proveniência desta tradição se situar numa área mais vasta, que iria englobar, possivelmente, a cultura europeia, ou indoeuropeia, procurou-se estudar a etnografia do pensamento original, que estaria nos primórdios dessa cultura

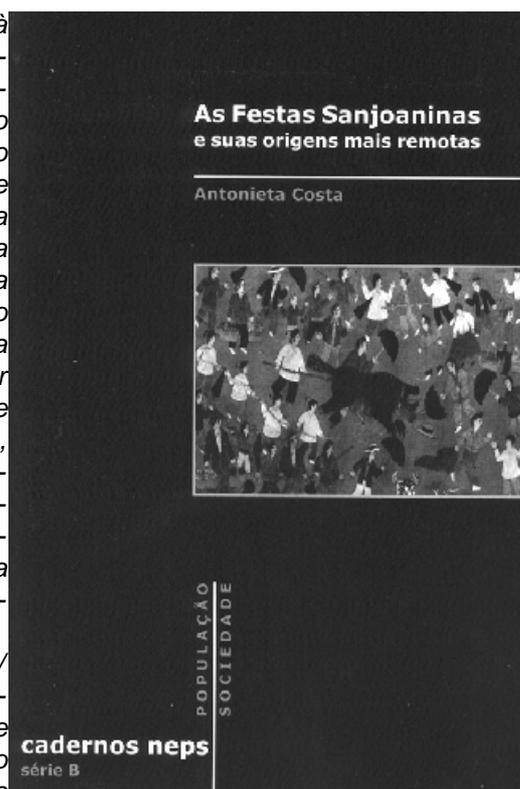
A investigação histórico/antropológica dirigiu-se então a outras fontes e a esse objecto mais vasto, tendo em consideração a hipótese de que a manifestação cultural ‘Sanjoaninas’ seria a emanção de um pensamento e de um sistema de sentidos estruturado (em oposição à explicação de que se trata de um mero agrupamento de eventos, não interligados entre si).

O objectivo desta investigação, porém, não se situa na mera ‘ciência pela ciência’, que por si só já se justificaria. Mas no caso presente, e tendo em consideração os perigos que o património cultural deste tipo corre, o objectivo principal desta investigação é o de facilitar esses resultados ao público utente da Festa. Para além de trazer contributos ao esclarecimento da origem e respectiva lógica deste conjunto de eventos, pretende-se, com efeito, que esse esclarecimento possa acordar as defesas próprias, existentes nos grupos sociais, em relação aos

seus valores.

Com tal intenção, o produto da investigação foi elaborado de modo a ser consumido por esse público, com a finalidade de promover um efectivo encontro entre os actores e espectadores das ‘Festas’, e essas suas raízes mais remotas, e também para que o valor do património que testemunham, e que é pertença de todos, possa continuar a informar sobre essa fase da evolução humana.

Para além de integrar a equipa de investigadores do Núcleo de População e Sociedade, Antonieta Costa exerce actualmente as funções de Técnica Superior Principal da Direcção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores, sendo responsável pela direcção da Casa da Cultura, em Angra do Heroísmo. •



ficha de inscrição

neps

IDENTIFICAÇÃO

Nome	Data de Nascimento / /
------	---------------------------

Endereço

Telefone	Fax	E-mail
----------	-----	--------

Naturalidade

BI n.º	Data / /	Arquivo	N.º Contribuinte
--------	----------	---------	------------------

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Doutor	Doutorando	Mestre	Mestrando	Licenciado	Estudante
--------	------------	--------	-----------	------------	-----------

Cursos [indicar instituições e anos de conclusão]

ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Profissão

Instituição

Endereço

Telefone	Fax	E-mail
----------	-----	--------

INTERESSES DE INVESTIGAÇÃO

Fontes	Análise demográfica	Reconstituição de Paróquias
--------	---------------------	-----------------------------

Registos paroquiais ou de estado civil	Outra documentação paroquial	Documentação fiscal
--	------------------------------	---------------------

Passaportes	Dotes	Testamentos
-------------	-------	-------------

Doações	Outra documentação notarial	Cruzamento de fontes diversas
---------	-----------------------------	-------------------------------

Migrações	História da família	Genealogias
-----------	---------------------	-------------

História da criança abandonada	Análise social	História da alfabetização
--------------------------------	----------------	---------------------------

Outros

Data	Assinatura
____/____/____	

Depois de preenchida, esta ficha deverá ser remetida ao Neps, com uma cópia do currículo do investigador.

ficha de actualização bibliográfica

neps

Autor:

Título:

Publicado	Policopiado	Inédito
-----------	-------------	---------

Artigo	Livro	Dissertação	Trabalho académico
--------	-------	-------------	--------------------

Editor	Ano de edição
--------	---------------

Local de edição	N.º de páginas
-----------------	----------------

Revista	N.º/ano	Páginas /
---------	---------	-----------

Se se tratar de uma comunicação apresentada em encontro científico, indique a identificação completa do evento (título/temática/secção onde o trabalho foi apresentado; entidade organizadora; local e data de realização):

Resumo

Para que o possa divulgar, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade necessita de manter actualizada o seu ficheiro bibliográfico com as produções dos seus membros. Para tanto, agradecemos que esta ficha seja preenchida e remetida para o NEPS sempre que produza ou publique um novo trabalho, fazendo-a acompanhar, sempre que possível, por uma cópia do mesmo.

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00 / 18,95 €]

AMORIM, Maria Norberta, *Ribeiras do Pico. (Finais do séc. XVII a finais do séc. XX). Microanálise de evolução demográfica*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 800\$00/ 8,98 €]

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de **Anabela de Deus Godinho**), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 250\$00/ 6,23 €]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães, séculos XVI-XVIII*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 000\$00/ 14,96 €]

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00/ 8,98 €]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00/ 14,96 €]

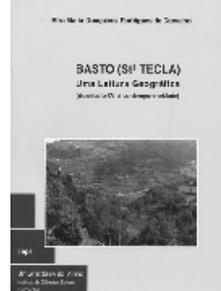
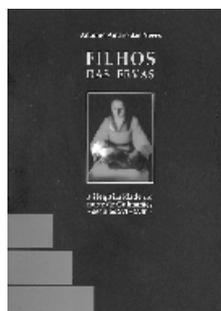
SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 800\$00/ 18,95 €]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).



Boletim Informativo nº 24 ■ Março de 2002

PUBLICAÇÃO DO:
**NÚCLEO DE ESTUDOS
DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE**
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Pólo de Azurém
Guimarães

DIRECTORA:

Maria Norberta Amorim

EDITOR:

António Amaro das Neves

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:

Elisabete Pinto

COLABORADORES DESTA NÚMERO:

**Francisco Messias Trindade
Ferreira, Maria Norberta Amo-
rim, Alberto Correia, Manuela
Silva, Elisabete Pinto,
António Amaro das Neves**

SECRETARIADO:

**Isabel Salgado, Daniel Freitas,
Fátima Dias, Natália Silva, Són-
nia Fernandes, Vítor Oliveira**

DEPÓSITO LEGAL

n.º 125306/98

♦ Núcleo de Estudos
de População e Sociedade
Universidade do Minho,
Pólo de Azurém
4800-058 Guimarães

♦ Telefone/Fax:
253510187

♦ e-mail:
neps@eng.uminho.pt

♦ Mailing list:
• endereço:
neps_uminho@egroups.com
• subscrição:
neps-uminho-subscribe@egroups.com

♦ URL:
www.eng.uminho.pt/~neps

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.